

Fenomenologia da metáfora

Franklin Goldgrub*

para Maria Fernanda
à sua *imperecível memória*

*... sobre el rostro del aljibe se mecía la gitana
un carámbano de luna la sostiene sobre el água.*

RESUMO. Uma das questões polêmicas da psicoterapia diz respeito a seu objeto. Subjetividade, motivação, comportamento, fantasia têm sido respostas dadas por diferentes linhas, e às vezes o desacordo ocorre no interior de uma mesma abordagem. O que dizer então do método – cuja dependência em relação à definição dada ao objetivo é notória?

Constata-se, por outro lado, que o psicoterapeuta trabalha basicamente com a palavra – como ouvinte e falante. Essa aferição aponta para uma diretriz que talvez permita perceber certo consenso mesmo em práticas marcadas por distâncias consideráveis.

Trata-se da questão do sentido, quase onipresente na prática psicoterápica – embora nem sempre de forma explícita. Se a asserção for plausível, impõe-se a pergunta sobre a produção da significação. A semântica afigura-se então como disciplina cujo estudo seria extremamente proveitoso para o psicoterapeuta. O presente trabalho considera que o sentido se produz no discurso graças à metáfora. Essa hipótese é examinada através de um exemplo extraído da mitologia grega, tomada como produção discursiva. Os mitos de Édipo e Teseu são abordados comparativamente para elucidar o sentido dos mitemas parricídio/filicídio através de sua “desmetaforização”.

Propõe-se assim um modelo metodológico aplicável à psicoterapia, com a finalidade de justificar a possibilidade de um tratamento rigoroso do discurso, mediante a identificação de seu campo semântico.

Palavras-chave: método, psicoterapia, epistemologia, linguagem, metáfora.

O debate sobre o método tem sido um dos mais inconclusivos da literatura psicoterápica. Ao contrário do que se poderia esperar, ele ocorre não apenas no âmbito da controvérsia que opõe as diferentes correntes – caso em que a esterilidade do diálogo seria explicada pela distância entre as respectivas posições –, mas se estende igualmente ao interior das mesmas. Um dos exemplos mais conhecidos desse tipo de desacordo pode ser encontrado na psicanálise: lacanianos e kleinianos reivindicam para suas respectivas práticas a exclusividade de uma atitude conseqüente em relação às diretrizes freudianas.

Uma tal falta de consenso indicaria por si só a profundidade do problema. Dir-se-ia que a dissensão quanto ao método prolonga e intensifica a fragmentação da psicologia em diversas abordagens teóricas. Essa constatação, por outro lado, será ou não incômoda, dependendo de como nos posicionemos. Ou seja, é possível, sem grandes padecimentos com fundamentação plausível, defender pontos de vista muito variados e freqüentemente díspares: não são poucas as alternativas existentes quando se conjectura sobre as raízes científicas filosóficas e inclusive artísticas, senão mesmo ético-religiosas (Jung) da psicologia, disciplina que adotou a pluralidade e o relativismo como marcas de identidade.

* Professor do Departamento de Psicodinâmica da Faculdade de Psicologia da PUC-SP. Mestre em Filosofia pela PUC-SP.

Esse vasto campo de escolhas tanto pode tranquilizar como alarmar os interessados: no último caso, a multiplicidade de opções torna-se algo equivalente à volubilidade – a psicologia não seria então uma ciência muito séria... Seja como for, tais considerações não são de qualquer ajuda para dar conta do problema do método – se o método for considerado um problema, algo nem sempre muito óbvio. Entretanto, para preocupar-se com a questão não é preciso se filiar à clássica concepção positivista. Essa corrente epistemológica, como se sabe, autoriza a *démarche* indutiva caracterizada pelos passos seqüenciais da observação, levantamento de hipóteses e experimentação, de um lado, e os procedimentos lógicos já consagrados da dedução, de outro – não havendo, fora desses cânones, qualquer possibilidade de produzir conhecimento confiável (*"Voi che uscite lasciate ogni speranza"*).

Já se falou inúmeras vezes que o campo das ciências humanas questiona, pela sua simples existência, a abrangência (ou a universalidade) da epistemologia construída com base nos procedimentos indutivo e dedutivo de tão convincente aplicação nas ciências naturais. A recíproca, no caso, é igualmente verdadeira. O impasse, expresso na dúvida sobre a cientificidade das disciplinas cujo objeto é constituído pelo humano, permaneceu durante longo tempo. As profundas transformações provocadas pelas revoluções relativista e quântica, datadas do começo do século, abriram espaço para um amplo debate epistemológico, na esteira do qual a especificidade das ciências humanas começou a ser reconhecida. A repercussão das novas descobertas, entretanto, faz-se sentir com lentidão considerável: ainda é possível ouvir cobranças positivistas quase inalteradas em relação às formulações iniciais.

Se não é difícil criticar sua inspiração ultrapassada, faz-se necessário reconhecer, entretanto, uma exigência de rigor elogiável. A esse respeito, não será ocioso evocar um conto zen que talvez retrate bem a questão em pauta: podemos certamente nos divertir com a ingenuidade de quem prefere buscar no quintal iluminado pelo sol a agulha perdida em casa, "porque lá dentro está muito escuro": mas é inegável que tampouco sabemos descrever o nosso próprio procedimento quando se trata de procurar a ajuda nas sombras.

Entretanto, um exame sumário do *modus operandi* de linhas terapêuticas separadas por consideráveis distâncias teóricas leva a pensar que, apesar de tudo, e para continuar usando a mesma analogia, possuímos uma vela. Trata-se do sentido. Tudo se passa como se o psicólogo "clínico" deparasse mais cedo ou mais tarde, em sua experiência, com o fato de que todo discurso destila um resíduo semântico capaz de envolver e transfigurar o significado imediato das palavras que o veiculam. Uma das críticas mais pertinentes dirigidas pelos fenomenológicos aos psicanalistas diz respeito ao fato de que os últimos enquadrariam esta significação "suplementar" num esquema teórico previamente elaborado. A julgar pela proeminência que atualmente o campo psicanalítico confere à interpretação transferencial, e levando em conta que as respectivas modalidades já se

encontram (mesmo se às vezes sutilmente) codificadas, torna-se difícil negar a pertinência desse *reproche*.

Não entraremos aqui no mérito da questão de saber se o próprio Freud preconizou ou não, muito pelo contrário, algo semelhante (ou seja, a “hipertrofia da interpretação transferencial”). Propomo-nos, sem fazer qualquer reivindicação de originalidade, tendo em vista tudo quanto já se escreveu e continua sendo escrito a esse respeito, argumentar a favor da hipótese de que o sentido “suplementar” acima referido, promotor da atitude hermenêutica inerente ao trabalho psicoterápico, expressa-se invariavelmente mediante manifestações metafóricas.

A prudência aconselha renunciar a qualquer tentativa mais ambiciosa de definir ou conceituar a metáfora. Em vez disso, trata-se de examinar, sem qualquer pretensão de esgotar a questão, dois aspectos que lhe são inerentes.

O escrutínio de qualquer exemplo extraído das numerosas expressões figuradas comumente empregadas mostraria que a metáfora se caracteriza pela concretude que imprime a uma idéia abstrata: quando revestida de função proverbial, revela também uma aspiração generalizante que tende a transformar a referida idéia em crença – inquestionável ou quase. Assim, o ditado metafórico “macaco velho não põe a mão em cumbuca” dirige ao mesmo tempo um elogio às virtudes da experiência e apresenta como incontestável a idéia de que a passagem do tempo nos vacina contra erros: por outro lado, faz com que essas abstrações se encarnem: “pessoa (ou ser) experiente” e “não comete erros” são substituídos por “macaco velho” e “não mete a mão em cumbuca”.

Segundo a hipótese que pretendemos desenvolver, no discurso comum, direto, não figurado, estariam presentes as mesmas características metafóricas, expressas similarmente mediante concretizações e, eventualmente, crenças. Entretanto, diferentemente das metáforas coloquiais, quer se trate das consagradas pelo uso ou daquelas recém-criadas, as discursivas não seriam identificáveis a “olho (ou ouvido) nu”; sua estrutura não cabe no espaço de um sintagma, exigindo a magnitude resultante de um encadeamento discursivo considerável. Daí merecerem uma denominação que as distinga das primeiras. Propomos diferenciá-las pela antinomia (metafórica...) transparência/opacidade.

As “sessões” de psicoterapia constituem um campo privilegiado para observar e submeter a teste a hipótese acima, vista que nelas a fala não se configura como diálogo, adquirindo quase sempre a forma do relato. Um exemplo conhecido dos leitores de Freud permitirá o desenvolvimento desta questão em nível prático e teórico.

Em “O sentido dos sintomas”, segundo capítulo da Teoria Geral das Neuroses (*Conferências introdutórias à psicanálise*, 1916/17), e apresentado e comentado o exemplo de uma mulher separada há pouco de seu marido, de quem contudo não conseguia se divorciar, e que, de tempos em tempos, derramava tinta vermelha no centro de uma toalha estendida sobre uma mesa do quarto, chamando em seguida a empregada, a pretexto de encarregá-la de alguma ta-

refa. A própria paciente revela a Freud, numa sessão posterior, ter descoberto a relação entre esse comportamento bizarro e um episódio de sua noite de núpcias: o marido, incapaz de ereção, preocupava-se com a alvura acusadora dos lençóis, e os manchava de maneira a simular o efeito de uma defloração. Isso fora feito, porém de forma desastrada, próximo à extremidade da cama e não no local adequado.

Freud comenta que a recordação da paciente diz respeito à causa do sintoma, mas não a seu *sentido*. Este, tal como interpretado a partir do material da mesma sessão, apontava para uma identificação da paciente com o marido: sentia-se tão impotente como ele, só que, em seu caso, a impotência se expressava pela impossibilidade de contrair novo casamento. Ela considerava, igualmente, que disfarçava muito mal esse estado de coisas. A ação de manchar a toalha de mesa de vermelho poderia ser entendida como uma metáfora para o seu desejo de provar que nada houvera de errado com seu casamento. Tomar a similaridade entre ambos os gestos (manchar o lençol, manchar a toalha), bem como a anterioridade do primeiro sobre o segundo enquanto explicação, seria adotar um procedimento semiótico. De fato, o esquema causa/consequência eclipsa o nível semântico-discursivo onde a metáfora se manifesta, e o resultado dessa estratégia leva a confundir a linguagem com a lógica da causalidade própria dos fenômenos naturais. Para perceber onde essa transposição indevida nos levaria, concluiríamos que assim como se constata que a água sempre ferve à temperatura de 100° e assim como se diz que onde há fumaça, há fogo, manchar o lençol de vermelho no canto da cama seria igualmente um sinal inequívoco de impotência mal disfarçada.

Entretanto, parece evidente que a metáfora em pauta “funciona” conforme o relatado apenas num determinado discurso (o da paciente em questão), e mesmo assim, enquanto o respectivo efeito não for desvelado ou enquanto outros sentidos não convergirem para o mesmo significante.

Efetivamente, essa é a posição assumida por Freud em relação à função do sintoma. O “para que” seria mais importante do que o “de onde”. Nos antípodas da hipótese causalista, ele considera que o episódio da noite de núpcias (manchar os lençóis) é tão arbitrário em relação ao sentido do sintoma (manchar a toalha) como o uso dos fonemas ME-SA para designar o respectivo objeto em português. Em outras palavras, a paciente poderia “desculpar” o marido e corrigir a experiência em questão através de qualquer outro comportamento e perante outra testemunha. Pode-se dizer que, se o referido acontecimento não houvesse ocorrido, o desejo de renegar os motivos do divórcio far-se-ia metaforizar de alguma outra forma. Por outro lado, é necessário admitir que tanto para o falante nativo – mergulhado em sua língua materna – como para a paciente – imersa em sua história pessoal – a palavra “mesa” e a tinta derramada na toalha parecem indissociáveis do objeto em questão e da noite de núpcias, respectivamente.

Por privilegiada que seja, a situação psicoterápica não é a única a manifestar a condição metafórica do discurso. Qualquer produção discursiva estaria apta para uma demonstração semelhante. Escolheremos nosso segundo e último exemplo no âmbito de um material igualmente conhecido: a mitologia grega.

O mito de Édipo já foi abordado a partir de vários ângulos; historiadores e helenistas como Vernant, especialistas em mitologia como Junito Brandão e Robert Graves, antropólogos como Lévi-Strauss, todos fizeram análises e comentários profundos e instigantes em relação àquele que talvez seja o mais conhecido dos relatos pertencentes ao imaginário coletivo.

A interpretação proposta a seguir constitui uma nova tentativa de testar a hipótese da estruturação metafórica do discurso, e deixará de lado, em princípio, a suposição de que o mito deva sua existência a causas extrínsecas. Nesse sentido, nossa posição é afim à de Lévi-Strauss, embora os resultados obtidos sejam consideravelmente diferentes.

Essa divergência talvez se explique como consequência do próprio material selecionado, já que o método é o mesmo – embora uma nova diferença deva ser reconhecida com referência à própria teoria do método. Seguindo uma preconização do próprio autor de *As estruturas elementares do parentesco*, consideramos que os elementos semânticos do mito se deixam captar com mais facilidade na medida em que suas diversas formas são postas em contato. Esse postulado implica a suposição de que o mito é um ser plural; os mitos, como seria melhor designá-los, comportar-se-iam à maneira das variações musicais sobre um tema comum.

Seguindo essa orientação, é possível conjecturar que a similaridade temática, aliada à repetição de certos motivos, tornaria plausível a articulação pretendida. Entre várias escolhas possíveis, pareceu-nos heurística a comparação entre duas narrativas cuja relação parece dar-se através de uma oposição simétrica.

Assim, para a finalidade proposta, o cotejamento dos mitos de Édipo e Teu-seu promete ser elucidativo. De fato, trata-se de dois heróis cuja saga é rica em contrastes. A um Laio filicida contrapõe-se o amoroso Egeu que se atira do penhasco onde aguardava ansioso o retorno do filho. O rei ateniense, aliás, salva seu sucessor em duas ocasiões: por ocasião do nascimento – escondendo-o dos tios em Trezem – e quando, no banquete em que Medéia lhe serve vinho envenenado, atira para longe a taça fatídica por ter reconhecido na cintura do herói sua própria espada¹ – cena que Hollywood fará clássica e incluirá sempre que possível em seus épicos... O vinho está igualmente presente nos dois relatos; os soberanos de Tebas e Atenas concebem seus descendentes sob os eflú-

1 Pelópia, filha de Tiestes, descobre a identidade de seu violador também através da espada.

vios de Baco, similaridade sob a qual suspeitar-se-á da presença de um significado comum.²

As respectivas mães, por sua vez, são encarregadas de papéis muito diferentes. Jocasta embebeda seu marido para conceber, enquanto Etra, que estava comprometida com Belerofonte, é conduzida ao leito de Egeu por seu pai e sob a influência dos filtros de amor preparados por Medéia: ou seja, neste caso, a figura feminina (com quem o rei não está casado) é que é compelida à maternidade. A bebedeira de Egeu destina-se a explicar não sua aquiescência involuntária com a fecundação de Etra, que ele desejava, mas o sono profundo que o acomete quando a filha de Piteu deixa o leito para unir-se na mesma noite a Poseidon. Assim, Teseu terá um padrinho divino, à semelhança de Hércules e diferentemente de Édipo. Pode-se até dizer que ele tem o apoio de dois reis – Piteu e Egeu – e de um deus – Poseidon – enquanto Édipo tem contra si Laio, Creonte e o Oráculo de Apolo.

Não é indiferente, tampouco, que a paternidade divina de Teseu seja conferida a Poseidon, o belicoso senhor dos mares, mais tarde vencido por Palas Atena na disputa pelo lugar de divindade padroeira da cidade de Atenas. A importância do comércio marítimo, primeiramente associada à pirataria e depois à manutenção de uma força naval, poderia estar sendo aludida na menção aos deuses acima citados.

Os dois heróis correm perigo de vida nas cidades cujos tronos deverão ocupar. Édipo nasce em Tebas e precisa escapar da morte para recuperar sua condição de príncipe herdeiro em Corinto. Teseu vem ao mundo já protegido pelo exílio, e cresce na mesma cidade em que foi dado à luz, cuidado por uma mãe obediente aos preceitos de Egeu – manter sigilo quanto à sua origem. Diferentes também são as motivações das respectivas façanhas; as de Édipo estão ligadas à salvação da própria vida, ameaçada desde o início por seu progenitor, depois pelos guardas de Laio e finalmente pela Esfinge; quanto a Teseu, seu confronto com o Minotauro é voluntário; ele é quem se oferece para compor a quota de jovens atenienses destinados ao sacrifício. A tarefa de Teseu pode ser descrita mais apropriadamente como a de um jovem príncipe incumbido da tarefa de mostrar-se digno do reino que lhe está reservado. Assim, inaugura apropriadamente o ciclo de seus feitos erguendo a pesada rocha sob a qual Egeu depositara a espada e a sandália; tendo passado por essa prova, ganha o direito à informação acerca de sua verdadeira origem – situação exatamente oposta a de Édipo, que é, por assim dizer, "enganado" pela informação verídica do oráculo – e se dirige a Atenas enfrentando os perigos de uma viagem por terra quando teria podido escolher a via marítima, mais segura – decisão que contraria os conselhos da mãe e do avô.

2 Talvez a de que os regimes (formações sociais, sistemas econômicos) fabricam sua destruição sem o perceberem (ou seja, "inconscientemente"...?). Metáfora que milênios depois ganhará um sotaque marxista: "Os homens fazem sua história, mas não sabem que a fazem..."

Édipo é filho legítimo, tanto de Laio e Jocasta como de seus pais adotivos, Pólibo e Peribea; e essa dupla legitimidade é o mecanismo pelo qual a profecia oracular se concretiza. Em oposição, Egeu concebeu Teseu com uma mulher prometida a outro homem, sem casar-se com ela. O retorno de Édipo a Tebas significaria a morte de seu pai, conforme a predição do oráculo, enquanto Egeu espera ansiosamente pelo seu sucessor para enfrentar Palante e os outros aspirantes ao trono de Atenas³. Édipo retorna a Tebas por um único caminho possível – no qual se defrontará com a Esfinge e com Laio –, ao passo que Teseu escolhe o próprio itinerário. Em sua trajetória, vence bandoleiros, “ajustando o castigo do delito”. Dois dos malfetores praticam crueldades muito peculiares: Sinis, que “tinha força suficiente para inclinar as pontas dos pinheiros até o chão”, dilacerava suas vítimas amarrando-as aos galhos superiores de duas árvores curvadas que eram soltas a seguir; seu pai, Polipemon, apelidado Procusto, tinha um leito em que os prisioneiros eram esticados ou mutilados se sua altura não alcançasse ou excedesse o tamanho da cama.⁴

Tais contrastes têm uma única contrapartida, que, em compensação, parece extremamente significativa; em sua principal façanha, Édipo e Teseu enfrentam e vencem monstros cuja característica comum e principal é a de devorarem jovens.

Antes de prosseguir comparando os mitos tebano e ateniense, faz-se necessário interrogar uma personagem aparentemente secundária, que chama a atenção por sua participação em situações semelhantes às vivenciadas pelos heróis. Medéia, esposa de Jasão, é vencedora de um monstro (o dragão que guardava o velocino de ouro), mata um rei (Pelias) para que o trono (de Yolco) seja devolvido a seu sobrinho (Jasão), imola os próprios filhos num ato de vingança (contra o mesmo Jasão, agora infiel), promove o nascimento de Teseu e tempos depois tenta em vão envenená-lo para que seu próprio filho com Egeu herde o reino de Atenas.

Portanto, a filha do rei da Cólquide está longe de ser uma mera coadjuvante. Os episódios dos quais participa envolvem quer a morte do poder antigo (ou um estratagema bem-sucedido destinado a burlar a sua força, como quando adormece o dragão), quer a morte do novo (ou um estratagema fracassado, como no caso de Teseu). Convém, portanto, consultar a biografia da célebre en-

3 Egeu também consultou o oráculo, e, ao contrário de Laio, obteve uma resposta indecifrável: “O oráculo (de Delfos) advertiu-o que não deveria abrir a boca de seu odre pleno de vinho até que chegasse ao posto mais alto de Atenas, se não queria morrer de pena um dia, resposta que Egeu não pôde interpretar” (Graves, 403). O contraste com a clareza da advertência endereçada a Laio não poderia ser maior. Se “abrir a boca do odre pleno de vinho” significa comemorar, então o oráculo parece dizer que Egeu deve aceitar a possibilidade da morte de Teseu, tarefa que excede as forças do rei de Atenas.

4 Os malfetores em questão parecem simbolizar os males complementares da falta de unidade política (desgarramento, dilaceração, representados por Sinis) ou do centralismo que se apresenta como modelar e apaga artificialmente as diferenças (Procusto). Em oposição a esses extremos, Teseu representaria o conceito de federalismo. Que Sinis seja filho de Procusto talvez corresponda ao enunciado: a atomização (“feudalismo”) decorre do despotismo (centralismo autoritário).

venenadora, cuja *entrée* no palco mitológico se dá como a responsável pelo adormecimento do dragão – sentinela que guarda o velocino de ouro, objetivo supremo da célebre expedição de Jasão. De fato, ela se apaixonara pelo capitão do *Argos*, e ajuda o intrépido navegador a vencer o seu próprio pai, soberano da Cólquide. Em troca, ele lhe promete fidelidade perene⁵. Anos depois, quando já governavam Corinto, Jasão se apaixona por Glauce, filha de Creonte, rei de Tebas (e tio materno de Édipo). Segue-se o episódio imortalizado por Eurípedes: o assassinato dos próprios filhos pela mulher abandonada.

Entretanto, é preciso lembrar também que Medéia é quem devolve a razão a Hércules, vítima de um desvario que o levava a aniquilar a própria prole. Aliás, a filha de Eetes parece ser a própria encarnação da ambigüidade; toma o partido do “novo” contra o “antigo” (reavendo o reino de que Pelias despossuía seu sobrinho Jasão, contribuindo para o nascimento de Teseu, curando Hércules da loucura filicida) e na seqüência empreende o movimento inverso (mata seus filhos, tenta envenenar Teseu). A maneira como recupera o trono de Yolco é exemplar: faz com que o usurpador Pelias seja esquartejado pelas próprias filhas, *a pretexto de devolver-lhe a juventude*⁶. Trata-se, portanto, de uma personagem totalmente ligada ao nascimento, preservação e morte de descendentes,⁷ no âmbito de peripécias invariavelmente relacionadas à disputa do poder monárquico.

Medéia desempenha em relação a Jasão um papel muito semelhante ao de Ariadne no mito de Teseu, inclusive no que se refere ao abandono por parte do herói⁸. A epopéia da recuperação do velocino de ouro encerra, em sua origem, outros assassinatos e tentativas de assassinato da descendência. Não será ocioso, portanto, fazer uma nova digressão, desta vez para retratar a histó-

5 O que bem poderia significar uma espécie de conservadorismo, isto é, perenização de um dado regime.

6 Eis a descrição que Graves nos dá da morte de Pelias: “Interrompido seu sono, Pelias perguntou aterrorizado o que desejava dele a deusa. Medéia respondeu que Artemis dispunha-se a agradecer sua piedade rejuvenescendo-o, permitindo-lhe assim engendrar herdeiros em lugar de seu mau filho Acasto, que morrera há pouco num naufrágio na costa da Líbia. Pelias duvidou dessa promessa, até que Medéia, desfazendo o distarce de anciã, transformou-se outra vez em jovem diante de seus próprios olhos (...). Pelias observou em seguida como ela esquartejava um velho carneiro de olhos cansados em treze pedaços e o cozinhava numa caldeira. Cantando salmos colquídeos que ele tomou erradamente por hiperbóreos, e invocando solenemente a Artemis para que a ajudasse, Medéia simulou que rejuvenescia o carneiro morto, pois um cordeiro vigoroso estava oculto, junto com outros utensílios mágicos, dentro da imagem oca da deusa. Pelias, completamente enganado, consentiu em deitar-se num leito, no qual Medéia não demorou em adormecê-lo mediante encantamentos. Logo ordenou a suas filhas Alceste, Evadne e Anfinome que o despedaçassem exatamente como elas a haviam visto fazer com o carneiro, e fervessem os pedaços na mesma caldeira” (Graves, 317).

7 É difícil não interpretar Medéia através da metáfora: uma vez desencadeado um processo de mudança, é impossível detê-la.

8 Metáfora da desvalorização do feminino na passagem da sociedade agropastoril para a mercantil? Mas, nesse caso, por que o feminino? Hipótese: o feminino constitui uma boa metáfora para o oprimido (o povo). Assim, a nova ordem mercantil combateria o poder da aristocracia agrária, angariando o apoio da “classe trabalhadora”. Uma vez obtido o triunfo, restabelecer-se-iam as relações hierárquicas momentaneamente apagadas durante o período revolucionário.

ria desse cobiçado troféu que reúne no convés do *Argos* a nata dos guerreiros, navegadores e advindos da Hélade.

Atamante, rei da Beócia, apresta-se a sacrificar seu filho legítimo Frixo,⁹ que é salvo *in extremis* por Herácles e/ou Zeus – em similaridade surpreendente com um episódio do Velho Testamento. O príncipe escapa em um carneiro alado que o transporta com sua irmã até a Cólquide;¹⁰ a lã dourada do animal, ciosamente preservada pelos monarcas desse longínquo reino, será objeto da futura epopéia dos argonautas.¹¹

É o próprio Hércules que protege o rei Atamante de seus súditos, informados afinal sobre os verdadeiros motivos do malogrado sacrifício: um esquema de Ino, amante do soberano, que desejava ver sua própria descendência no trono, intriga à qual se somara a falsa acusação de violação proferida por Biádice, tia de Frixo, que se apaixonara pelo príncipe sem ser correspondida.

Na seqüência, Atamante, enlouquecido por Hera, mata Learco, fruto de sua união com Ino. Esta salva-se graças a proteção de Zeus, que a recompensa dessa maneira por ter preservado, em outra peripécia “vaudevillesca”, seu bastardo Dionísio da fúria de Hera¹². Note-se a repetição: dois adultérios (cometidos por Zeus e Atamante) resultando em nascimento de filhos ilegítimos cuja vida é ameaçada pelas esposas ultrajadas¹³. Não se deve esquecer que neste episódio, como em vários outros (o nascimento de Hércules, por exemplo), o casal soberano do Olimpo patrocina personagens opostos. Mais ainda: que Zeus, protetor da amante (Ino), é quem salva simultaneamente o filho legítimo (Frixo) e o rei adúltero (Atamante).

Nesta altura convém fazer uma pausa para apresentar as primeiras hipóteses interpretativas. O seu eixo reitor pode receber o seguinte enunciado: filicídio e parricídio seriam metáforas designativas da oposição entre o poder de caráter

9 Frixo também protagoniza um episódio referenciado pelo ificesto: “Frixo era um belo jovem por quem sua tia Biádice, esposa de Creteu, havia-se apaixonado; quando ele rejeitou seus pedidos, ela acusou-o de tê-la violentado” (Graves, 279). Por outro lado, Ino, amante do rei, convencera as mulheres da Beócia a torrar as sementes de trigo para malograr a colheita. Prevendo que o oráculo de Delfos seria consultado a esse respeito, subornou os mensageiros para que transmitissem a exigência do sacrifício de Frixo como medida destinada a devolver a fertilidade aos campos da Beócia. Essa dupla motivação para a execução do príncipe pode constituir uma metáfora.

10 Mas no fim do trajeto Hele cai no estreito que desde então passa a lembrá-la (Helesponto).

11 O velocino seria então o símbolo da legitimidade da sucessão dinástica enquanto representação da mudança, na medida em que “salva a descendência”? Parece mais provável, visto o apoio que Hera concede a Néfele, esposa legítima de Atamante, enquanto Ino, sua amante, é protegida por Zeus, que o elemento “transformação” esteja representado pelo filho bastardo, tal como acontecerá com Teseu. Ou ainda, e esta talvez seja a melhor hipótese: a sucessão “normal” (rei sucedido pelo filho legítimo) significaria “transformação lenta”; a entronização do filho ilegítimo corresponderia à “transformação rápida”.

12 Vale lembrar que durante algum tempo Dionísio enlouquece as mulheres, inspirando orgias; ele seria o responsável pela morte de Penteu, esquartejado por sua mãe, Agave.

13 (Filhos com amante: metáfora da desvalorização do feminino e/ou da conquista, processo de unificação, poder central? Teseu era um grande amante, um grande “conquistador”.) Ver nota 11.

conservador e a tendência a substituí-lo por um regime associado a profundas transformações. Como os agentes e vítimas são invariavelmente monarcas e príncipes, ou seja, autoridades cujas decisões são determinantes em relação à sociedade, postularemos que tanto a imobilidade conservadora como a mudança rápida se referem ao campo sócio-econômico. Desse eixo semântico decorre que o contraste entre Édipo e Teseu é interpretável como representativo da diferença entre duas concepções opostas, uma das quais manifesta uma visão trágica sobre as das transformações aludidas, enquanto a outra defende a idéia de seus benefícios. Mais do que contestar o desejo da mudança, o mito de Édipo parece impugnar qualquer possibilidade de solução para o conflito: se sob o poder de Laio a esfinge devora a juventude, no reino de Édipo a peste assola a cidade. Mais ainda: na geração seguinte o impasse prosseguirá, representado pelo duelo mortal entre Eteócles e Polínices. Em compensação, na Atenas portuária, Egeu favorece abertamente a sucessão e chega a suicidar-se diante da ameaça de sua impossibilidade.

Essa linha hermenêutica é apoiada por outro contraste chamativo entre os mitos em pauta. No de Teseu, Egeu e a velha Hecale, ¹⁴ que, hospedou o herói, morrem esperando seu regresso. Na saga tebana, tanto o pastor que poupara a vida de Édipo como o adivinho Tirésias sobrevivem para atestar acusatoriamente a identidade do príncipe desterrado. Leitura possível: no mito de Teseu o "antigo" cede voluntariamente espaço ao "novo", enquanto em Édipo o passado insiste em permanecer. Quando não obstante parece, deixa em seu lugar a peste. A coroação do herói após as vitórias sobre Laio e a Esfinge promove em Tebas um bem-estar transitório que apenas antecede o castigo. No mito de Édipo, portanto, a transformação é associada ao estigma dos crimes mais terríveis. Mas a mesma ênfase dramática caracteriza o argumento mítico contra o conservadorismo, pois o filicídio como a destruição da juventude por monstros (eventos provavelmente vinculados à sedução incestuosa praticada por pais, mães, tias e madrastras, cujo desenlace é freqüentemente fatal para os destinatários...) mostram que a crítica dirigida às tentativas de sobrevivência do arcaico às expensas do emergente é igualmente contundente.

Seguindo essa linha interpretativa deparamos com o elo semântico que permite estabelecer a ligação entre o parricídio involuntário e as vitórias sobre monstros – feitos que acontecem, aliás, em chamativa contigüidade. A característica comum à esfinge e ao Minotauro é a de exterminarem jovens.¹ Assim, o sacrifício da nova geração parece metaforizar à perfeição o caráter conservador

14 "Quando se aproximava de Maratona, Teseu tinha sido recebido hospitaleiramente por uma solteirona velha e pobre chama Hecale, ou Hecale, que prometeu um carneiro a Zeus se ele retornasse ileso. Mas ela morreu antes de seu regresso, e ele instituiu nos ritos hecalesios para honrá-la e a Zeus Hecálio, ritos que ainda se realizam. Como Teseu não era mais do que um menino nessa ocasião, Hecale o havia agradado com caretas infantis, e em consequência é conhecida preferencialmente pelo diminutivo Hecalene, em vez de Hecale" (Plutarco, loc. cit.; Calímaco, *Fragmento 40*, ed. Bentley; Ovídio, *Remédios de amor*, 747 (Graves, tomo 1, p. 40)).

do regime encarnado pelo rei/pai destinado à morte. Por outro lado, a única similaridade entre Laio e Egeu, a de conceberem embriagados, parece simbolizar a falta de consciência quanto ao fato de estarem engendrando o próprio fim.¹⁵

A esfinge e o Minotauro são derrotados pela inteligência e pela engenhosidade, qualidades próximas e opostas à força, que, com efeito, é muito mais típica das façanhas devidas aos heróis arcaicos Belorofonte e Perseu¹⁶. A vitória dos sucessores em relação à ordem estabelecida é também a vitória do intelecto sobre os músculos. Se nos permitirmos considerar também esse aspecto como metafórico, é provável que ele se refira à substituição da guerra (de botim ou de conquista) como atividade econômica regular, associada à pecuária e agricultura, pelo artesanato e a manufatura, geradores de um tipo de riqueza decorrente tanto da habilidade técnica (produção em escala, construção de fro-tas, utilização da energia eólica) como da astúcia comercial (negociar vantajosa-mente¹⁷). Nesse caso, cabe conjecturar que as transformações sócio-econômicas acima aludidas se refiram à substituição do modo de produção agropastoril pelo manufatureiro/mercantil.

Aqui o "real" irrompe no processo interpretativo através da história da Anti-guidade tal como a conhecemos. Entretanto, isso não significa que a análise de mitos precise de tal apoio. O procedimento da leitura metafórica pode reivindicar sua autonomia em relação a esses dados, dos quais sabe prescindir e que cos-tumam ofuscar e despistar o intérprete¹⁸. Se a propósito da mitologia grega essa referência à história se impõe é porque os próprios relatos mencionam o

15 Qualquer semelhança com a célebre fórmula marxista (todo regime cria as contradições que irão destruí-lo) está longe de ser mera coincidência...

16 Belorofonte celebrou-se por vencer a Quimera, e Perseu decapita Medusa, além de salvar Andrômeda de um monstro marinho. Seriam representações de vitórias militares (a Quimera é uma cabra monstruosa = vitória obtida sobre povos pastoris?; monstro marinho = vitória sobre piratas costeiros? Mas e a Medusa?). Por outro lado, também Hércules, e talvez por excelência, encarna a coragem e a força. Isso coloca um problema a ser examinado. Voltando a Belorofonte e Perseu: em seus mitos não há menção a incesto ou parricídios. Hipótese: são heróis conquistadores, não chegam ao trono; devem representar a conquista da Ática e do Peloponeso pelas hordas helênicas. Com relação a esse ponto (ausência de poder real), há semelhança com Hércules, que não reina e comete seus doze trabalhos a favor do rei Euristeu; Hércules não é um herói conquistador. Seu mito constituiria a demonstração da desejabilidade de um governo não monárquico, por se mostrar mais capaz do que Euristeu? De qualquer forma, o fato de ter perdido o trono a Euristeu, por nascer com alguns minutos de atraso, graças a um estratagema de Hera, poderia representar uma forma de ridicularizar a sucessão monárquica. Seguindo a mesma linha interpretativa, o confronto Euristeu/Hércules metaforizaria a dificuldade da passagem da monarquia a outras formas de governo. Se Hércules representar a força do novo "modo de produção", então esta é colocada a serviço do velho regime dinástico que se recusa, na figura de Euristeu, a reconhecer os méritos do novo. Recordemos que Hércules e Teseu eram primos e combateram juntos os centauros; e ainda que Hércules salvou Teseu do Hades, onde imprudentemente incursionara com Pirto para raptar Perséfone.

17 "Féax, o antepassado dos feácios, entre os quais se encontrava Odisseus (Ulisses), viajou como piloto, na proa da nave de trinta remos na qual navegavam, porque nenhum ateniense conhecia ainda a arte da navegação..." (Graves, 421).

18 É o caso do próprio Graves. Suas análises, cuidadosamente separadas do corpo do mito relatado, se baseiam quase sempre em fatos históricos, costumes, conhecimentos sobre rituais e práticas religiosas de populações da bacia do mediterrâneo, informações sobre espécies cultivadas e outros referentes semelhantes.

palco dos acontecimentos e lhe fazem apelo. De fato, uma das características mais impressionantes das narrativas em questão é sua precisa localização espacial, o que confere uma curiosa sensação de realidade aos feitos e seres mais bizarros. Tebas, Esparta, Atenas, Messênias, Micenos, Creta, Corinto, Trézén, Argos, Yolco, Ítaca, a Beócia, a Cólquide, o mar Egeu, o istmo de Corinto, o monte Olimpo na Tessália, o Helesponto, todas essas palavras designam lugares, comunidades, acidentes geográficos que efetivamente conferem concretude ao cenário das aventuras. Muitas vezes o próprio mito se incumba de explicar a onomástica de regiões e cidades. Os trabalhos arqueológicos que resultaram na exumação de Tróia (ou das Tróias) decorreram da confiança que seus empreendedores depositaram na cartografia homérica... e ela não lhes falhou. A menção dos deuses como patrocinadores de personagens que por sua vez fundaram cidades e as dedicaram às divindades protetoras mostra até que ponto os mitos gregos estão próximos da história, com a qual em certo momento chegam a se confundir. Talvez o relato épico da guerra de Tróia, com sua surpreendente mistura de realismo e fabulação, represente o exato ponto de intersecção entre o terreno fictício e o registro cronológico, momento em que a mitologia termina e a história começa.

Levando isso em consideração, uma leitura metafórica da mitologia grega não pode desprezar as alusões que ela faz à dimensão sócio-econômica dos reinos e cidades-estado, com suas eventuais correspondências históricas. Entretanto, tais dados receberão o mesmo tratamento que os componentes do discurso mítico, isto é, não serão objeto de qualquer privilégio em virtude de seu caráter "real". Assim, por exemplo, sabe-se que a civilização minóica foi destruída, e muito provavelmente pelos povos da Hélade continental, mas não interessa à interpretação se a expedição vitoriosa de Teseu a Creta representa esse fato histórico, que teria acarretado a emancipação ateniense da suserania imposta pelo poder de Minos. A interpretação restringe-se à afirmação segundo a qual as façanhas do filho de Egeu e Etra metaforizam um processo da transformação (no modo de produção) coroado de êxito, associado à recuperação da soberania e à instauração de uma nova forma de poder.

Essa mistura de acontecimentos históricos e heróis lendários autoriza a suposição de que assim como o elemento parricídio/filicídio poderia construir a metáfora do par estagnação/desenvolvimento no que se refere às alternativas presentes para uma determinada comunidade, caberia ver no rapto ou sedução de herdeiras reais o *leitmotiv* do conflito "internacional", motivado pelo expansionismo que tende a impor alianças contraídas em posição de hegemonia. Nesse caso, a beleza de Helena metaforizaria a atração exercida pelo Peloponeso face ao novo poder que Atenas e Tróia (e, antes delas, a dinastia minóica de Creta) parecem simbolizar. De maneira geral, a imagem de grande sedutor associada a Teseu apresenta-se como inseparável do seu papel de unificador da Ática sob a égide de Atenas: dessa forma, "muitas mulheres" sugere a tradução "muitos reinos".

Por enquanto não reivindicaremos para essas interpretações senão uma plausibilidade: a de manter vigente a hipótese do caráter metafórico do discurso. Os desdobramentos da questão, no que se refere à aplicabilidade desse "heurisma"¹⁹ em relação ao debate sobre a natureza do método em psicoterapia, são evidentes. De fato, se houver acordo quanto ao fato de que a prática psicoterapêutica consiste no desvelamento do sentido presente no discurso, impõe-se em decorrência a elucidação do processo pelo qual o mesmo é produzido. Conseqüentemente, o estudo da linguagem e de suas propriedades semânticas afigura-se como uma tarefa imprescindível para o psicólogo.

Nesse caso, caberia perguntar se o olhar fenomenológico, quando dirigido ao discurso, não se definiria justamente pela suscetibilidade aos efeitos devidos à metáfora opaca. O respectivo *modus operandi* não pede, senão desta vez, que o parêntese husserliano incida sobre o discurso mediante uma suspensão do valor referencial (ou lexical) da fala. Não se trata de um pedido exorbitante; invoca-se apenas o direito de estender ao discurso enquanto tal à já conhecida e inegável possibilidade de sermos concitados ao sentido das metáforas transparentes por um ato de compreensão que faz tábula rasa do significado imediato das palavras. Dir-se-ia então que é nossa própria condição de seres da linguagem o que de alguma forma explica – à maneira de um oráculo – essa misteriosa propriedade hermenêutica que nos habita.

19 Às vezes não há como escapar do neologismo. No caso, cunhado por referência à heurística.